

A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA SOBRE OS PRINCIPAIS MODELOS, TEORIAS E PENSADORES

João Marcos Batista¹

Resumo

Este artigo objetiva analisar a evolução histórica da Economia por meio dos sistemas econômicos que preponderaram na Idade Média: Feudalismo, Mercantilismo e Fisiocracia, com enfoque nas principais características, do ponto de vista econômico, de cada um dos modelos. Em seguida, serão apresentados os principais tópicos da teoria econômica clássica, a luz de seus principais pensadores: Adam Smith, Thomas Malthus, David Ricardo e Jean Baptiste Say. Partindo do princípio de que a teoria econômica clássica representou o início científico da economia, será feita uma explanação dos principais questionamentos e contribuições à teoria econômica clássica por meio dos seguintes teóricos: Karl Marx, Alfred Marshall, John Maynard Keynes, Joseph Alois Schumpeter e Milton Friedman.

Palavras-Chave: Economia, Feudalismo, Mercantilismo, Fisiocracia e Teoria Econômica Clássica.

1 – INTRODUÇÃO

A Economia se desenvolveu como ciência no decorrer dos últimos 500 anos, coincidindo com o desenvolvimento das práticas comerciais e com a criação de estados-nações. Contudo, é preciso destacar que na Antiguidade, o pensamento econômico começou a ser moldado, inicialmente, de forma filosófica, por exemplo, a palavra economia remonta à Grécia antiga, onde *oeconomicus* significava “gerenciamento das questões domésticas”. Neste contexto, os pensadores gregos Aristóteles e Platão fizeram algumas contribuições importantes para o pensamento econômico.

Aristóteles (384-322 a.C) distinguia o pensamento econômico, e, porque não, as atividades econômicas, em “artes naturais e não-naturais de aquisição”. Ele definiu como Aquisições Naturais atividades como agricultura, pesca e caça, enfatizando que tais atividades produzem bens para as necessidades básicas da vida. Já as Aquisições

¹ Economista, Professor de Administração Financeira e Economia da Faculdade Araguaia de Goiânia-GO, Especialista em Finanças e Administração de Empresas, Mestrando em Planejamento e Desenvolvimento Territorial.

não-naturais envolvem adquirir bens além da necessidade, situação que era desaprovada por Aristóteles, assim, correlacionar esse conceito da Antiguidade com os dias atuais seria compará-los a uma espécie de consumo desenfreado.

Já Platão (427-347 a.C), considerado o principal discípulo de Sócrates, preconiza, em seu diálogo “A República e as Leis”, sobre a “Cidade-Estado-Ideal”, no qual abordava um Estado regido por leis e a importância da especialização humana para o desenvolvimento da sociedade e a convivência harmônica entre os cidadãos. Essa abordagem, em relação à especialização humana, serviu de referência para teorias econômicas posteriores.

Na Idade Média a Igreja Católica Romana exerceu grande influência no pensamento econômico, com destaque para as Ideias de São Tomás de Aquino (1225-1274) em relação ao preço. Ele cunhou o termo “preço justo” como um preço em que nem o comprador nem o vendedor levam vantagem sobre o outro. Além do mais, a Igreja se apegava a textos bíblicos para condenar a cobrança de juros, que considerava como “usura”, nome dado à prática de se cobrar juros excessivos sobre empréstimos financeiros. A Igreja se baseava no Livro de Gênesis, do antigo testamento da Bíblia, que dizia “comerás teu pão com o suor do teu rosto”. Dessa forma, obter lucro sem nenhum trabalho era considerado uma afronta aos preceitos católicos da época, passível de punição.

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é apresentar como a economia evoluiu como ciência e de que forma influenciou a condução das atividades comerciais ao longo dos séculos através de suas escolas, teorias e pensadores.

2 – Os Sistemas Econômicos dos Séculos V – XVIII d.C.

Para entendermos a dinâmica econômica atual, é imprescindível observar, como estavam organizadas as sociedades do passado, ou seja, de que forma se dava a relação entre os agentes econômicos² e como as sociedades organizavam as suas atividades de produção e distribuição de bens. Para isso retornaremos ao período entre os séculos V – XVIII d.C., observando como se desenvolveram os três principais sistemas econômicos daquela época: Feudalismo, Mercantilismo e Fisiocracia.

² Famílias, Governos e Empresas são os entes que interagem de forma pecuniária em um sistema econômico.

2.1 – Feudalismo

O desenvolvimento da Economia e, em especial, das atividades comerciais, se intensifica a partir do século XV d.C., mas, desde o século IV d.C., com a decadência do Império Romano, a Europa Ocidental, notadamente França, Alemanha, Inglaterra, Países Baixos, Itália e Rússia, se organizaram em torno de um sistema econômico-social chamado Feudalismo.

A derrocada do Império Romano e as invasões bárbaras deixaram como consequência cidades pouco desenvolvidas, o que estimulou a criação de comunidades agropastoris no interior dos países, sendo muitas dessas comunidades subordinadas a um reino. Com base nesse contexto desenvolve-se o Feudalismo, que se caracterizou como uma sociedade hierarquizada baseada na figura do Suserano (em geral o Rei) e dos Vassalos (Senhores Feudais).

O Suserano doava terras aos Vassalos, que retribuía com trabalho e fidelidade, formando comunidades de agricultores nas terras recebidas. Assim, o Suserano e os Vassalos se sustentavam por meio da produção de tais comunidades, e, em troca, forneciam proteção às comunidades contra os invasores.

A principal unidade de produção econômica era o Feudo³, que se dividia em três partes: a propriedade do Senhor Feudal, geralmente representada por um Castelo, o Manso Servil, terras arrendadas aos camponeses – os servos dos senhores feudais e o Manso comunal, bosques e florestas de livre uso. A atividade econômica principal era a agricultura e as relações comerciais eram baseadas no escambo (troca de mercadorias), pois as moedas eram pouco utilizadas e a forma de produção era rudimentar, baseada no arado puxado por bois. Outra característica marcante desse modelo era a descentralização do poder, ou seja, o Vassalo administrava as questões referentes ao seu Feudo e prestava contas ao Suserano.

Havia alguns tributos e obrigações dos servos para com os senhores feudais, tais como:

- **Corvéia:** Os Servos deveriam, em alguns dias da semana prestar serviços na propriedade do senhor feudal;
- **Talha:** Parte da produção dos servos deveria ser entregue ao senhor feudal, geralmente um terço;

³ Terras outorgadas a um vassalo por um suserano.

- **Taxa de Justiça:** Servos e Vilões deveriam pagar uma taxa ao senhor feudal para serem julgados.

O Feudalismo entra em declínio a partir do século X d.C. devido ao aumento populacional e a baixa produtividade agrária dos feudos. Na Rússia o sistema perdurou até o século XX d.C., sendo extinto totalmente na Revolução Russa de 1917.

2.2 – Mercantilismo

Apesar do declínio o sistema feudal conseguiu fortalecer muitas comunidades, que se transformaram em verdadeiras cidades. Dessa forma, o comércio prosperava para fora das fronteiras feudais, sobretudo no período compreendido entre os séculos XVI e XVIII d.C. Alguns fatos corroboraram para essa mudança, dentre os quais: a descoberta do ouro e sua consequente utilização como moeda o que facilitava as transações comerciais. As grandes navegações possibilitaram a descoberta de novas rotas de comércio e a colonização de novas regiões.

Todos esses fatores levaram à criação de Estados Nacionais, que tinham o Rei como detentor do poder central, enfraquecendo a influência e o poder dos senhores feudais. Diante desses fatos, é que emerge o Mercantilismo, com os seguintes dogmas:

- **Acúmulo de Ouro e Prata:** Os mercantilistas associavam o grau de riqueza e desenvolvimento de um país ao montante de ouro e prata que possuíam. Dessa forma, quanto maior esse montante, mais poderoso e influente seria o país;
- **Nacionalismo:** Os países eram estimulados a manterem uma Balança Comercial superavitária, ou seja, as exportações de bens deveriam superar as importações. Na visão mercantilista essa era uma forma de o país acumular ouro e prata, e de ampliar o seu domínio sobre os outros países. Imaginavam que o comércio internacional era estático, ou seja, havia simplesmente a transferência de riquezas entre os países, portanto, para um país ganhar o outro fatalmente deveria perder;
- **Tributação e restrições:** Isenção tributária para matérias-primas que não podiam ser produzidas internamente e incentivos fiscais e proteção para bens produzidos dentro do país. Havia muitas restrições às exportações de matérias-primas, com vistas a manter o custo de produção relativamente baixo;

- **Colonização:** Eram a favor da colonização, pois acreditavam que mantendo as colônias dependentes do país colonizador haveria facilidades para importação de matéria-prima a baixo custo e teriam o monopólio da exportação colonial;
- **Oposição a pedágios:** Uma prática muito comum durante o Feudalismo era a cobrança de pedágios sobre o transporte de mercadorias entre Feudos. Os Mercantilistas se opunham radicalmente a essa prática, porque elevaria os custos de produção e reduziria a competitividade das exportações;
- **Forte controle central:** Era necessário um forte intervencionismo estatal, sobretudo, na concessão de privilégios para os exportadores e uniformização das regras comerciais, pois durante o Feudalismo cada Feudo criava suas normas, o que era visto pelos mercantilistas como um entrave para o bom funcionamento da economia;
- **População numerosa e trabalhadora:** A abundância de mão-de-obra manteria baixo o custo com salários, o que permitiria menores custos de produção. A ociosidade e a mendicância por parte de pessoas aptas para o trabalho eram passíveis de punição.

Os principais países adeptos do Mercantilismo foram: Inglaterra, Portugal, Espanha, Países Baixos, Alemanha e, em menor proporção, a França. Alguns fatos e pensamentos acerca do Mercantilismo merecem destaque:

No ano de 1580 o ensaísta francês Michel de Montaigne procurou ilustrar o espírito mercantilista e escreveu: “O Lucro de um Homem é a desgraça do outro [...] Nenhum lucro qualquer que seja, pode ser alcançado, a não ser a custa do outro”.

No intuito de manter elevada a disponibilidade de lã como matéria-prima, e, conseqüentemente, baixos os custos de produção de tecidos, a Rainha Elizabeth, durante os anos de 1565-1566, aprovou uma Lei proibindo a exportação de ovelhas vivas. A punição para os infratores seria o confisco da propriedade, um ano de prisão e, dependendo da gravidade, o corte da mão esquerda. A pena de morte era aplicada em caso de reincidência.

Referente à cobrança de pedágios um fato importante ocorreu no ano de 1685. Um embarque de sessenta tábuas do estado alemão da Saxônia para a cidade de Hamburgo, localizada no norte da Alemanha, exigiu o pagamento de 54 tábuas em pedágios ao longo do caminho. Em conseqüência, apenas seis tábuas chegaram ao

destino final. Tal fato ilustra o porquê de os mercantilistas serem contra a cobrança de pedágio.

Apesar dos exageros, o modelo mercantilista foi importante na transição de uma economia amonetária para uma economia monetária, pois, com a intensificação do comércio, a utilização de novos meios de pagamentos como o dinheiro e a concessão de crédito foram fundamentais para o funcionamento desse sistema.

Alguns preceitos mercantilistas ainda permanecem nos dias de hoje, tais como:

- **Protecionismo:** Vantagens aos bens produzidos dentro das fronteiras de um país ou região;
- **Superávit Comercial:** Balança Comercial Superavitária⁴.

Ao final do século XVIII d.C., as práticas mercantilistas perdem força com o advento da Teoria Econômica Clássica, que tinha como pano de fundo duras críticas ao modelo mercantilista.

2.3 – Fisiocracia

Os fisiocratas surgiram na França, mais precisamente no século XVIII d. C., como uma reação às imposições mercantilistas e à tradição Feudal que insistia em se manter viva na França.

Os princípios defendidos pelos precursores da Fisiocracia François Quesnay⁵ e Jacques Turgot⁶ eram os seguintes:

- **Ordem natural:** O termo “fisiocrata” significa “regra da natureza”. Assim, todas as atividades humanas deveriam ser mantidas de acordo com as Leis Naturais;
- **Laissez-Faire:** Significava “deixe as pessoas fazerem o que quiserem sem a interferência do governo”. Portanto, os fisiocratas entendiam que o governo não deveria interferir com veemência, sobretudo nos assuntos econômicos, a não ser para manter o livre comércio;
- **Ênfase na agricultura:** Acreditavam que somente as atividades agrícolas eram prósperas, pois na concepção fisiocrata uma semente pode gerar mil frutos. Desse

⁴ Situação em que as Exportações de Bens e Serviços de um país superam as suas importações em um determinado período.

⁵ François Quesnay (1694–1774): Médico e interessado nas questões econômicas, criou em 1758 a Tábua Econômica, que explicava como se dava o fluxo de bens e dinheiro na Economia.

⁶ Jacques Turgot (1727–1781) Economista, foi Ministro das Finanças do Rei Luís XVI.

modo, pensavam que o comércio e a indústria eram segmentos complementares à agricultura;

- **Taxação do proprietário de terra:** Como entendiam que a fonte de riqueza de uma nação estava baseada na agricultura, somente o proprietário de terra deveria ser taxado;
- **Inter-relação da economia:** Apesar da ênfase na agricultura concluíram que a economia de um país era toda integrada, ou seja, um problema na produção de uma determinada matéria-prima poderia afetar o fluxo normal de circulação de bens e dinheiro em todos os segmentos econômicos.

Em suma, a proposta central dos fisiocratas era a defesa do Livre Comércio, mais precisamente, defendiam o comércio interno de grãos e a exportação de produtos agrícolas e eram a favor das fazendas capitalistas que utilizavam técnicas evoluídas de produção e o trabalho assalariado. Em termos práticos, indiretamente as propostas fisiocratas acabaram beneficiando a indústria, muito embora essa não fosse a intenção, visto que, as ideias liberais fisiocratas acabaram por estimular a produção industrial, devido a eliminação das barreiras ao comércio, mas a de se ressaltar, ser este um movimento que não avançou muito além das fronteiras francesas.

3 – Os Grandes Pensadores da Economia e suas Teorias

De forma mais organizada, a Economia como ciência se fortaleceu no ano de 1776 com o advento da Teoria Econômica Clássica, sendo que todas as teorias posteriores aprimoraram ou discordaram de seus preceitos. Em suma, se tornou referência primeira para a compreensão dos fenômenos econômicos e, desta forma, partindo da Teoria Econômica Clássica, seguem as contribuições dos principais teóricos da Economia.

3.1 – Teoria Econômica Clássica

A Teoria Econômica Clássica foi muito influenciada por duas revoluções que ocorreram entre os séculos XVII e XVIII, a saber: A Revolução Científica que teve como precursor Isaac Newton (1642–1727) que, dentre outras coisas, apresentou uma visão estática do universo em que os corpos sempre tenderiam ao equilíbrio. Outra revolução importante que ocorreu paralelamente ao advento da Teoria Econômica

Clássica foi a Revolução Industrial no século XVIII, com ênfase na produção industrial, como fator indutor do crescimento econômico.

Os principais teóricos da Economia Clássica foram os seguintes: Adam Smith, Thomas Malthus, David Ricardo e Jean Baptiste Say.

3.1 – Adam Smith (1723–1790)

Considerado o fundador da escola clássica, nasceu na Escócia, estudou Filosofia, Teologia, Ciências Morais e Política em Glasgow e Oxford. Durante os seus estudos conheceu os economistas da Escola Fisiocrata, François Quesnay e Turgot que despertaram o interesse de Adam Smith pela Economia. No ano de 1776, ele lança a sua obra-prima, o livro “A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas”.

O livro retrata os principais fatos que levam as nações à riqueza, ou seja, como as nações poderiam se desenvolver economicamente em bases capitalistas, com destaque para os seguintes pontos:

A Divisão do Trabalho: O trabalho deveria ser sistematizado como forma de ampliar a capacidade de produzir bens e serviços, o que na prática levava à especialização da mão-de-obra. Ele usava como exemplo a fabricação de alfinetes, que estaria dividida em dezoito operações distintas, confiadas a diferentes operários, mas cada operário era especializado em uma das etapas do processo produtivo e trabalhava de forma sequencial. Na visão de Smith, esse modelo ampliava a produtividade na medida em que o trabalhador se especializava em seus ofícios. Mas Smith enxergava um risco nesse processo: O fato de executar uma tarefa repetitiva poderia com o tempo impedir o desenvolvimento intelectual dos trabalhadores;

A Harmonia dos interesses e o governo limitado: Ressaltava que os participantes da economia tendem a ir atrás de seus próprios interesses como guiados por uma mão invisível, conforme se observa em um trecho extraído de seu livro “Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que nós esperamos nosso jantar, mas da consideração de seu próprio interesse”. Na prática, cada indivíduo na busca de seus próprios objetivos, seja ele empresário ou trabalhador, acabaria por beneficiar toda a economia, estimulando a competitividade entre os agentes econômicos. Smith elabora sua teoria tendo como base um ambiente de concorrência. Neste sentido, criticava duramente o Mercantilismo que criava entraves para o comércio

entre as nações, pois entendia que os países poderiam enriquecer-se através da parceria comercial, ou seja, defendia o livre comércio em âmbito internacional.

Em sua visão, o governo deveria ser mínimo e se preocupar, sobretudo, em defender o exercício da livre concorrência, pois acreditava que o mercado alocaria de maneira eficiente os recursos, induzindo o progresso econômico. Dessa forma, postulou que o estado deveria atuar na defesa do território e na administração da justiça, e que tais atividades deveriam ser financiadas pela cobrança de impostos, respeitando a capacidade contributiva dos agentes econômicos.

Em suma, Adam Smith baseou sua teoria na divisão do trabalho e na defesa do liberalismo econômico, como fatores que de fato promoveriam a riqueza das nações.

3.2 – Thomas Malthus (1766–1834)

Inglês e teórico controverso, sacerdote da Igreja Anglicana⁷, pois suas teses apresentavam algumas divergências em relação a outros precursores da Escola Clássica, mas as contribuições de Malthus perduram até os dias de hoje, com destaque para as seguintes teorias:

Teoria da População: Malthus publicou em 1798 “Um Ensaio sobre o principio da População”, após observar que a Revolução industrial e a crença mercantilista de necessidade de uma população numerosa fizeram aumentar as desigualdades e a miséria, desta forma, ele apresentou a sua famosa Lei da População e dizia “Quando não controlada, a população aumenta em uma progressão geométrica, enquanto que, os meios de subsistência aumentariam na melhor das hipóteses em progressão aritmética” (Thomas Malthus, 1798). Desta forma, a cada 25 anos a população dobraria de tamanho, ao passo que, os meios de subsistência (alimentos) aumentariam no máximo em 25%. Malthus observou que dois fenômenos contribuía para tal fato: a chamada Lei dos Pobres de 1795 que garantia uma renda mínima aos pobres independentemente dos seus ganhos e a Lei dos Cereais de 1813, que impunha dificuldades a importação de grãos.

Referente à Lei dos Pobres, Malthus era contra a ajuda do governo aos pobres, pois entendia que a pobreza era um castigo divino e o governo nada poderia fazer contra isso. A oposição de Malthus em relação às duas leis, dos Pobres e dos Cereais, seguia

⁷ Religião que segue os dogmas da realeza inglesa.

uma lógica econômica, pois, a renda adicional fornecida aos pobres, e a proibição de importar grãos, encareceria o preço dos alimentos, porque levaria a uma maior demanda dos pobres por alimentos associada a uma oferta limitada de grãos, tais fatos acabariam por gerar aumento dos salários e, conseqüentemente inflação, o que seria danoso para toda a sociedade.

Malthus identificou que seria apropriado o controle do crescimento populacional e esse se daria de duas formas: Preventivo e Positivo. O preventivo se daria através de restrição moral, ou seja, as pessoas que não pudessem sustentar os filhos deveriam se absterem do casamento ou adiá-lo. Já os controles positivos seriam provenientes de fenômenos como a fome, a guerra, as pragas, pois esses males eram necessários para limitar o crescimento populacional.

Teoria da Superprodução: Entendia que os trabalhadores através dos salários não eram capazes de demandar todos os produtos produzidos, portanto, defendia que os produtores demandassem bens de capital⁸ como forma de ampliar a capacidade consumidora da economia e criar demanda para os excedentes de produção.

Portanto, vale destacar que Malthus contribuiu significativamente através de suas teorias para o entendimento das questões pertinentes ao crescimento populacional e o seu impacto no desenvolvimento econômico.

3.3 – David Ricardo (1722–1823)

David Ricardo atuava no mercado financeiro londrino desde os 14 anos de idade. Apesar de a Escola Clássica ter Adam Smith como o primeiro precursor, foi David Ricardo que difundiu fortemente os dogmas Clássicos com algumas contribuições pessoais com destaque para as seguintes:

O Valor dos bens decorre simultaneamente do trabalho humano e do capital técnico: Para produzir bens e serviços um fator fundamental era o trabalho o que Ricardo chamava de “Trabalho Incorporado”. Esse por sua vez, reunia o “Trabalho Direto”, a mão-de-obra propriamente dita, e o “Trabalho Indireto”, contido nas máquinas e equipamentos utilizados pelos trabalhadores;

Rendimentos Decrescentes: Aplicada à questão fundiária, Ricardo observa que, à medida que se intensifica a utilização da Terra, esta por sua vez, com o passar do

⁸ Bens utilizados na produção de outros bens, tais como máquinas e equipamentos.

tempo, responde com um volume menor de produção, levando a um aumento nos preços dos alimentos e dos salários. Esses fenômenos tenderiam a gerar inflação e levar a economia a um estado estacionário de crescimento;

Criação Monetária excessiva leva a inflação: Durante o conflito com a França, a Inglaterra emitiu muito papel-moeda para financiamento dos gastos. Ricardo mencionava que o Papel-Moeda era uma mercadoria como qualquer outra e, portanto, uma excessiva quantidade a desvalorizaria em relação às demais mercadorias, desta forma, seria necessária uma quantidade maior de moeda para adquirir bens, o que geraria inflação. Para essa situação, Ricardo defendia que era preciso limitar a emissão de Papel-Moeda e propunha vincular sua emissão à quantidade disponível de ouro, prática que já havia sido utilizada, mas que estava em desuso pelo Banco da Inglaterra;

A Troca Internacional é benéfica para todas as nações: Devido às imposições da Lei dos Cereais que impunha entraves à importação de Grãos, Ricardo percebeu que a abertura do comércio poderia ser benéfica para a Inglaterra, contribuindo para a redução do preço dos grãos, pois ampliaria a oferta. Tendo como referência as idéias de livre-concorrência propostas por Adam Smith, entendia que o livre comércio seria benéfico para todas as nações, pois o país exportaria aquele bem em que possuía vantagens produtivas e importaria os bens, cuja produção era mais custosa. Para tanto, era necessário que houvesse abertura comercial entre os países.

Percebe-se que David Ricardo apresentou propostas importantes que visavam o bom funcionamento da economia e muitas dessas ideias permanecem vivas até os dias de hoje.

3.4 – Jean Baptiste Say (1767–1832)

Francês responsável por popularizar o liberalismo de Adam Smith na França, mas ficou temporariamente ofuscado, pois Napoleão Bonaparte não era entusiasta das ideias liberais advindas da Teoria Clássica.

A grande contribuição de Jean Baptiste Say foi a chamada “Lei dos Mercados”. Para Say, o valor dos bens era formado por todos os recursos utilizados em sua produção, notadamente, trabalho que seria mensurado pelo custo com salários, capital medido pela taxa de lucro e a renda da terra. Ao se consolidar essas três variáveis seria constituído o valor de um bem. Assim como os demais clássicos, entendia que o preço final dos produtos seria definido pelos custos de produção.

Na concepção de Say, toda a produção seria escoada no mercado. Dessa forma, “a oferta criaria a sua própria demanda” e, assim sendo, os momentos de retração da economia seriam causados por insuficiência de produção e não por escassez de demanda que, em sua visão, não existiria.

4 – Contribuições e críticas à Teoria Clássica

A Teoria clássica foi o ponto de partida para desenvolvimento da Economia como ciência. Praticamente todas as postulações posteriores, tiveram como pano de fundo aprimoramentos ou questionamentos de sua eficácia. Para tanto, vale observar algumas contribuições, com destaque para os pressupostos de Karl Marx, Alfred Marshall, Jonh Maynard Keynes, Joseph Alois Schumpeter e Milton Friedman.

4.1 – Karl Marx (1818–1883)

Marx nasceu em Trier, Alemanha. Estudou direito e filosofia. Propunha, sobretudo, uma reforma dos preceitos clássicos, pois acreditava que o modelo apresentava muitas contradições e que inevitavelmente seria substituído pelo socialismo. As principais críticas e considerações de Marx eram as seguintes:

Divisão do Trabalho: Modelo proposto por Adam Smith para ampliar a capacidade produtiva das Indústrias, usando como exemplo a produção de Alfinetes, Marx entendia que essa divisão sujeitava o trabalhador à máquina e às imposições do empresariado, praticamente excluindo-os do corpo social;

Queda da Taxa de Lucro e a Crise: David Ricardo já havia teorizado sobre os rendimentos decrescentes. Dessa forma, Marx aprofundou um pouco mais nesta questão, pois em sua concepção, com passar do tempo a taxa de lucro tenderia a cair com a maior eficiência do processo produtivo, devido a menor utilização de mão-de-obra e maior utilização de máquinas. Na concepção de Marx, havia uma “Mais-Valia” no processo produtivo. Dessa forma, usando como exemplo a produção de algodão ele mostra que ao remunerar o empregado a um salário de mercado e, considerando uma jornada de 12 horas, o trabalhador precisaria de 6 horas para produzir o necessário para custear as suas horas de trabalho e os demais custos, matéria-prima e taxa de lucro, as 6 horas restantes seria uma espécie de apropriação indébita por parte do empresário, que acabaria por incrementar a sua taxa de lucro. Na medida em que a produção humana

fosse sendo substituída pela máquina, essa vantagem reduziria a taxa de lucro do empresário, o que levaria a queda do sistema capitalista.

Marx apresentou algumas interessantes contribuições sobre a renda obtida pela utilização produtiva da terra, que ele chamou de Renda Fundiária, pois com a transição em especial na Inglaterra de uma economia agrária para uma economia industrial era comum o processo de arrendamento de terras. Ele observa que as terras poderiam gerar um diferencial em termos rendimento, que ele chamou de Renda Diferencial I: (Terras mais férteis e melhores localizadas, ou seja, próximas de um centro consumidor proporcionaria um rendimento mais elevado) e Renda Diferencial II: (Aplicações sucessivas de capital elevaria a produtividade das terras agrícolas tornando-as mais rentáveis).

4.2 – Alfred Marshall (1842–1924)

Inglês, filho de um funcionário do Banco da Inglaterra, é conhecido como a principal figura da chamada Economia Neoclássica, ou seja, novos clássicos, responsáveis por aprimorarem os preceitos da Teoria Econômica Clássica.

As principais contribuições: Atribuía um papel importante à demanda no processo de formação de preços e do equilíbrio de mercado, enquanto que, os clássicos tendiam a analisar a economia pelo lado da oferta. Ressaltava que, à medida que um indivíduo ampliava o consumo de um determinado bem, este tenderia a se tornar menos útil, e, conseqüentemente, teria seu preço reduzido, mas ressaltava que esta utilidade estava ligada à disponibilidade e à importância do bem para atendimento das necessidades humanas.

Enxergava o consumidor como um ser racional que procura maximizar a utilização de sua renda, levando em consideração os dispêndios necessários para aquisição de bens e serviços. Na concepção dos economistas clássicos, o preço final de um produto era definido pelos custos de produção. Já Marshall entendia que o preço era definido pela interação entre as forças de oferta e demanda no mercado.

Por fim, vale ressaltar que Marshall atribuiu um papel importante à taxa de juros no processo produtivo, pois à medida que houvesse uma redução da taxa de juros o investimento em bens de capital seria estimulado, ampliando a capacidade produtiva da economia, e, ocorrendo redução de tal capacidade, à medida que houvesse uma elevação da taxa de juros, o que levaria o empresário a investir em opções mais rentáveis.

4.3 – Jonh Maynard Keynes (1883–1946)

Nasceu em Cambridge. É considerado como um reformista do sistema capitalista e, freqüentemente citado como o maior economista do século XX. Apesar de suas idéias terem originado um novo segmento na Teoria Econômica, chamado de Keynesianismo, teve como uma de suas principais referências, o Neoclássico Alfred Marshall. Keynes ganhou notoriedade ao explicar com detalhes as causas da crise de 1929 e propor soluções para ela.

O mundo capitalista até o ano de 1929, com destaque para a Inglaterra e os Estados Unidos, vivia sobre a tutela da Teoria Econômica Clássica, ou seja, baixa intervenção estatal nos processos econômicos com ênfase na livre concorrência de mercado e produção em larga escala. Keynes explicou de forma didática que a principal causa da crise de 1929 fora o excesso de produção em ritmo superior à capacidade aquisitiva dos agentes econômicos. Dentre todos os dogmas de Keynes destacam-se os seguintes:

Orientação pela Demanda: A Lei de Say preconiza que toda a oferta criaria sua própria demanda. Com a crise de 1929, essa afirmativa cai por terra e Keynes afirma que a capacidade produtiva da economia deveria ser guiada pela demanda efetiva dos agentes econômicos;

Instabilidade na Economia: Keynes afirmava que a economia, independente do modelo seguido, estaria sujeita a crises. Dessa forma, haveria momentos de crescimento econômico elevado, precedidos de retração econômica. A retração seria uma forma de ajuste, que seria motivada pela expectativa de queda da taxa de retorno dos empresários;

Intervenção Governamental: Keynes entendia que em momentos de crise, o governo deveria intervir na economia por meio de políticas fiscais e monetárias ativas, com vistas a reorganizar a capacidade produtiva da economia.

4.4 – Joseph Alois Schumpeter (1883–1950)

Nasceu na província austríaca da Morávia, hoje uma região da República Tcheca e estudou direito e economia da Universidade de Viena. Era um economista de preferência diversificada, pois se utilizava de ensinamentos da escola neoclássica e alguns pensamentos de Karl Marx, apesar da aversão às suas doutrinas, ao mesmo

tempo, em que discordava de Keynes e David Ricardo. As grandes contribuições de Schumpeter foram as seguintes:

O Empreendedor é o revolucionário da Economia: Atribuiu um papel fundamental ao empreendedor como o agente fomentador do desenvolvimento econômico, pois em sua visão, ele é o indivíduo que busca transformar o seu empreendimento em um negócio vitorioso e que a taxa de lucro seria apenas uma consequência deste sucesso;

Inovação: Segundo Schumpeter a inovação é a mola propulsora da atividade empreendedora. Esta inovação difundida por Schumpeter apresentava algumas características dentre as quais: criação de novos produtos, introdução de novos métodos de produção, abertura de novos mercados e descoberta de novas fontes de matérias-primas. Para Schumpeter a decadência da atividade empreendedora e dos processos de inovação poderia levar a queda do sistema capitalista.

4.5 – Milton Friedman (1912–2006)

Nasceu em Nova York e estudou em Chicago e Columbia. Foi agraciado com o Nobel de Economia em 1976. Era adepto do liberalismo econômico, mas as suas principais contribuições foram sobre a importância do papel da moeda na economia, com destaque para o seguinte preceito:

A Inflação e a recessão são fenômenos monetários: Quando a massa monetária supera a capacidade produtiva da economia, esse fenômeno irá gerar inflação; ao contrário, quando a disponibilidade de moeda for inferior a capacidade produtiva, a economia entrará em recessão⁹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os primórdios, a Economia enquanto atividade, vem se adequando às circunstâncias. Durante a idade média, o Feudalismo com o seu método de produção comunitário foi a lógica por muitos séculos. Posteriormente na idade moderna os modelos mercantilistas e fisiocratas prevaleceram, sendo que, este enfatizava a produção agrícola, e, aquele, o comércio internacional.

⁹ Retração da Atividade Econômica

Entre o século XVIII e início do século XX a teoria econômica clássica ditou os rumos do processo produtivo, enfocando que o sucesso econômico de uma nação estava pautado nos princípios da livre concorrência, tendo neste período, os seus dogmas questionados por Karl Marx que profetizou a derrocada dos preceitos capitalistas da teoria clássica. Com a crise de 1929, a teoria econômica convencional foi renovada por John Maynard Keynes, que propôs um papel mais ativo do estado no processo econômico. Outros economistas importantes como Schumpeter, que avaliou o papel do empreendedor e da inovação, e Friedman, que abordou sobre o controle monetário como variável fundamental para o bom funcionamento da economia, foram fundamentais para compreensão dos fenômenos econômicos.

Por fim, há de se destacar que a economia é uma ciência mutável, pois inicialmente se preocupava com as questões domésticas. Com o passar do tempo o foco estava no processo de produção e distribuição de bens e, atualmente, se preocupa com o emprego eficaz dos recursos, que são escassos. Portanto, a economia como ciência social, se fundamenta no dinamismo das atividades econômicas, e, como em um processo de “seleção natural”, se adequa às circunstâncias, com vistas a atender as necessidades humanas, que é a sua própria razão de existir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRUE, Stanley. L. **História do Pensamento Econômico**. 6 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2005.
- DOBB, Maurice. **Evolução do Capitalismo**. 9 ed. Rio de Janeiro : Zahar Ed., 1983.
- DROUIN. Jean. Claude. **Os Grandes Economistas**. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- SMITH. Adam. *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. Nova York: G.P. Putnam's Son, 1877.
- MARTINS. Carlos Roberto. **Princípios de Economia**. 4 ed. São Paulo: Thomson, 2003.
- MARX, Karl. **O Capital**. Crítica a Economia Política. São Paulo: Abril, 1984.